

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2023

Senhor Acionista e demais interessados,

A Diretoria Executiva da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete ao exame e à deliberação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis e suas respectivas Notas Explicativas, às quais se incorporam os pareceres da auditoria independente, do Conselho Fiscal e o relatório do Comitê de Auditoria, que tratam da posição patrimonial e financeira da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A Infraero é uma empresa pública instituída nos termos da Lei n.º 5.862, de 12 de dezembro de 1972, organizada sob a forma de sociedade anônima, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, sob vinculação do Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR), atuando no território nacional, com sede na Capital Federal.

Atua na promoção de políticas públicas de infraestrutura aeroportuária, maximizando os benefícios socioeconômicos por meio da integração nacional e do desenvolvimento da aviação regional. A Companhia tem em sua trajetória a estruturação do setor aeroportuário brasileiro, e segue se dedicando ao que mais sabe fazer: desenvolver aeroportos, focando a partir de agora no crescimento da aviação regional.

A rede Infraero conta com 25 aeroportos: Aeroporto de Santos Dumont e 24 (vinte e quatro) aeroportos regionais, sendo 5 (cinco) outorgados e 19 (dezenove) administrados por contratos de gestão com Estados e Municípios. Possui participação de 49% nas Sociedades de Propósito Específico (SPE) que administram os aeroportos internacionais de Guarulhos/SP, Campinas/SP, Brasília/DF, Confins/MG e Galeão/RJ, cujos resultados estão consolidados em suas Demonstrações Contábeis, proporcionalmente à sua participação acionária.

Em 2023, consolidou-se a retomada do movimento operacional nos aeroportos, verificou-se crescimento de mais de 16% no movimento de passageiros, em comparação à 2022 e sem considerar os dados dos aeroportos concedidos pelo Governo Federal, perfazendo 35,6 milhões de embarques e desembarques, recuperando assim o movimento realizado no período pré-pandemia da Covid-19. Em relação ao movimento de aeronaves, apurou-se 539 mil operações de pousos e

decolagens, resultando no aumento de quase 15% em relação ao exercício anterior, aproximadamente 117% do movimento realizado em 2019.

A Companhia apurou lucro líquido de R\$ 490,1 milhões em 2023. Este desempenho demonstra a capacidade e compromisso da gestão para manter e melhorar a sustentabilidade econômico-financeira, bem como para fomentar os negócios visando estabelecer uma empresa forte e competitiva.

Focada na sustentabilidade financeira da Companhia, a geração de caixa operacional foi de R\$ 1.910,6 milhões, encerrando o exercício com saldo de R\$ 2.830,9 milhões. Em função do incremento de receitas decorrente principalmente da continuidade da retomada do movimento operacional e baixa de receitas antecipadas relativas a contratos de concessão comercial dos aeroportos concedidos, a margem bruta de 2023 apresentou aumento de 11 pontos percentuais na comparação ao ano anterior. Com a apuração de lucro líquido no exercício a margem líquida apurada foi de 33,6%.

A margem do EBITDA Ajustado foi de 39,4%, melhor resultado dos últimos 7 anos, atingindo o montante de R\$ 592,1 milhões, ao passo que em 2022 ajustado conforme transferência das atividades dos aeroportos 7ª rodada de concessões, foi de R\$ 535,3 milhões. O crescimento em relação ao ano anterior foi motivado, especialmente, pelo incremento de receitas face à melhora da demanda do setor aéreo.

O Lucro Operacional Bruto de 2023 atingiu o montante de R\$ 1.006,8 milhões, valor superior em 20% ao apurado em 2022, motivado pela retomada sustentável do movimento operacional, da exploração do portfólio de serviços e baixa de receitas antecipadas relativas a contratos de concessão comercial dos aeroportos concedidos.

A publicação completa das demonstrações financeiras, incluindo o Relatório da Administração, está disponibilizada no Portal da Infraero na internet (<https://transparencia.infraero.gov.br/relatorios-anuais/>).

A Administração da Infraero agradece aos clientes, usuários, parceiros e comunidade pelo apoio e confiança depositados e, em especial, aos empregados pela dedicação e comprometimento ao longo do ano.

Balanco Patrimonial - Ativo

	Notas explicativas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.830.874	1.391.303
Contas a receber	7	292.357	243.251
Estoques		8.247	9.862
Impostos a recuperar	8	54.121	38.074
Adiantamento para empregados		1.687	1.341
Despesas antecipadas		5.334	9.443
Antecipações PDITA/DIN		-	-
Outros ativos	11	85.440	16.833
Total do ativo circulante		3.278.060	1.710.107
Não circulante			
Caixa restrito	6	60.399	72.492
Contas a receber	7	43.032	338.404
Depósitos judiciais	12	230.784	250.516
Investimentos	9	2.298	2.638
Imobilizado	10	52.016	56.583
Intangível	10	22.592	32.597
Total do ativo não circulante		411.121	753.230
Total do ativo		3.689.181	2.463.337

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Balanco Patrimonial - Passivo

	Notas explicativas	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores de bens e serviços	13	127.206	182.385
Empréstimo Bancário	13	-	-
Cauções de terceiros		21.896	25.811
Encargos trabalhistas	14	173.594	158.877
Provisão para PDITA/DIN	15	-	73.596
Tributos a recolher	8	41.873	20.731
Recursos de terceiros	26	39.287	43.488
Previdência complementar		4.778	4.871
Programa de assistência médica - PAMI		-	-
Receitas Antecipadas	16	912.889	321.878
Outras obrigações	17	2.645	5.459
Total do passivo circulante		1.324.168	837.096
Não circulante			
Benefício pós-emprego	15	654.922	666.946
Provisão para contingências	12	520.906	429.187
Recursos para aumento de capital	18	120.846	12.925
Outras obrigações	17	16.894	15.404
Total do passivo não circulante		1.313.568	1.124.462
Patrimônio líquido			
Capital social	19	1.625.329	4.256.760
Adiantamento para futuro aumento de capital	19	875.187	1.280.330
Prejuízos acumulados	19	(606.582)	(4.133.231)
Ajuste de avaliação patrimonial	19	(842.489)	(902.080)
Total do patrimônio líquido		1.051.445	501.779
Total do passivo e patrimônio líquido		3.689.181	2.463.337

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações de Resultado

	Notas explicativas	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	20	1.457.221	1.441.079
Custos dos serviços prestados	21	(450.403)	(602.117)
Lucro operacional bruto		1.006.818	838.962
Despesas gerais e administrativas	21	(861.243)	(772.464)
Outras despesas	22	(18.102)	(87.884)
Outras receitas	22	173.459	285.668
Resultado de equivalência patrimonial	9	(46.000)	(127.400)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		254.932	136.882
Despesas financeiras		(110.797)	(93.822)
Receitas financeiras		471.231	250.004
Resultado financeiro líquido	23	360.434	156.182
Resultado operacional antes do OBU		615.366	293.064
Recursos aplicados em bens da união	25	(52.354)	(270.969)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		563.012	22.095
Imposto de renda e contribuição social diferidos		24.120	-
(-) Imposto de renda e contribuição social correntes		(97.057)	(6.581)
Resultado líquido do período		490.075	15.514

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo / lucro do período	490.075	15.514
Benefício pós-emprego	59.591	(21.479)
Total de resultados abrangentes do período	549.666	(5.965)
Total de resultados abrangentes atribuível aos:		
Acionistas	549.666	(5.965)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2023	Notas explicativas	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Em 31 de dezembro de 2022		4.256.760	1.280.330	(4.133.231)	(902.080)	501.779
Reconhecimento da paridade do plano CV		-	-	-	-	-
Absorção de prejuízos acumulados (AGE 26/04/2023)		(3.036.574)	-	3.036.574	-	-
Integralização de capital social (AGE 26/04/2023)		405.143	(405.143)	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	59.591	59.591
Lucro do período		-	-	490.075	-	490.075
Em 31 de dezembro de 2023	19	1.625.329	875.187	(606.582)	(842.489)	1.051.445

Em 31 de dezembro de 2022

Em 31 de dezembro de 2021	Notas explicativas	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Em 31 de dezembro de 2021		3.816.471	905.897	(4.197.071)	(880.601)	(355.304)
Reconhecimento da paridade do plano CV		-	-	48.326	-	48.326
Absorção dos prejuízos acumulados (AGE 29/04/2019)		-	-	-	-	-
Integralização de Aportes (AGE 29/04/2022)		440.289	(440.289)	-	-	-
Recursos para futuro aumento de capital		-	814.722	-	-	814.722
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	(21.479)	(21.479)
Lucro do período		-	-	15.514	-	15.514
Em 31 de dezembro de 2022	19	4.256.760	1.280.330	(4.133.231)	(902.080)	501.779

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações do Valor Adicionado

	Notas explicativas	31/12/2023	31/12/2022
(=) Receitas			
Receita operacional		1.566.223	1.536.904
Outras receitas	22	173.459	285.668
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais e serviços de terceiros		(397.921)	(456.227)
Perdas		(105.370)	(143.495)
Outras despesas	22	(18.102)	(87.884)
		(521.393)	(687.606)
(=) Valor adicionado bruto		1.218.289	1.134.966
(-) Retenções			
Provisões, reversões e perdas		(117.234)	(101.468)
(-) Depreciação / amortização		(8.296)	(7.684)
(=) Valor adicionado líquido		1.092.759	1.025.814
(+/-) Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	23	471.231	250.004
Resultado de equivalência patrimonial		(46.000)	(127.400)
(=) Valor adicionado total a distribuir		1.517.990	1.148.418
Distribuição do valor adicionado			
Salários e encargos		655.263	609.146
Tributos		209.501	158.967
Despesas financeiras	23	110.797	93.822
Obras em bens da união	25	52.354	270.969
Lucro (prejuízo do exercício)		490.075	15.514
Valor adicionado total distribuído		1.517.990	1.148.418

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Fluxo de Caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (prejuízo) líquido do período	490.075	15.514
Itens que não afetam o caixa operacional		
Recursos aplicados em bens da união	52.354	270.969
Ajuste de avaliação patrimonial	59.591	(21.479)
Provisões para processos tributários, civis e trabalhistas	91.719	(165.667)
Depreciação e amortização	8.296	7.684
Perda por redução do ativo imobilizado e intangível	(2.766)	13.849
Valor residual dos bens baixados	15.611	69.665
Benefício pós-emprego	(12.024)	(31.240)
Indenizações PDITA	(73.596)	(62.004)
Correção monetária do adiantamento p/aumento de Capital social	107.921	91.247
Resultado de Equivalência Patrimonial	46.000	127.400
Ajuste ao Valor Justo	(225)	(478)
Reconhecimento da paridade do plano CV	-	48.326
Baixa de obras de arte	567	-
Total	783.523	363.786

Variações nos ativos e passivos

Caixa restrito	12.093	64.981
Contas a receber	246.265	469.908
Estoques	1.615	8.626
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	(16.047)	(24.675)
Adiantamento para empregados	(346)	4.461
Despesas antecipadas	4.109	(4.394)
Antecipações PDITA/DIN	-	-
Outros ativos	(68.607)	15.289
Depósitos judiciais	19.732	(16.734)
Fornecedores de bens e serviços	(55.179)	14.309
Cauções de terceiros	(3.915)	(351)
Encargos trabalhistas	14.717	(27.426)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	21.141	(15.010)
Previdência complementar	(93)	(646)
PAMI	-	-
Receitas Antecipadas	591.011	(127.232)
Outras obrigações	(1.324)	(10.678)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	1.548.695	714.214

Fluxos de caixa das atividades de investimento

Aquisições de imobilizado / intangível	(6.569)	(5.058)
Investimentos	(46.000)	(127.400)
Recursos aplicados em bens da união	(52.354)	(270.969)
Recursos de terceiros	(4.201)	(54.879)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(109.124)	(458.306)

Fluxos de caixa das atividades de financiamento

Recursos para aumento de capital	-	-
Redução do capital social (Cisão parcial)	-	-
Empréstimo Bancário	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	-	-

Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa

Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	1.439.571	255.908
Caixa do início do período	1.391.303	1.135.395
Caixa do final do período	2.830.874	1.391.303
Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	1.439.571	255.908

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), empresa pública de propriedade da União, companhia de capital fechado, foi constituída nos termos da Lei n.º 5.862, de 12 de dezembro de 1972, com a finalidade de implantar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeroportuária atribuída pela Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC), do Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR), sendo-lhe permitido criar subsidiárias e participar, em conjunto com as mesmas, minoritariamente ou majoritariamente, de outras sociedades públicas ou privadas, no Brasil ou no exterior. A exploração da infraestrutura aeroportuária engloba a construção, a implantação, a ampliação, a reforma, a administração, a operação, a manutenção e a exploração econômica de aeródromos civis públicos.

Com 50 anos de experiência, a Infraero presta serviços que atendem a padrões internacionais de segurança, conforto e qualidade, contribuindo com a integração nacional e o desenvolvimento do País, com o usufruto de seus clientes que utilizam atualmente os seus 25 aeroportos: Aeroporto de Santos Dumont e 24 (vinte e quatro) aeroportos regionais, sendo 5 (cinco) outorgados e 19 (dezenove) administrados por contratos de gestão com Estados e Municípios. Além disso, participa com 49% nas Sociedades de Propósitos Específicos (SPE) que administram os aeroportos internacionais de Guarulhos, Campinas, Brasília, Confins e Galeão, compartilhando

da governança com poderes de decisão, que foram estabelecidos em acordos de acionistas firmados entre as partes, no entanto, sem deter o controle.

No dia 18/8/2022, foi realizado pela Anac o leilão da 7ª rodada de concessões de aeroportos. Essa rodada compreendeu 15 terminais da Rede Infraero localizados nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte, divididos em três blocos.

O Bloco Norte II, está composto pelos aeroportos de Belém (PA) e Macapá (AP); o Bloco Aviação Geral, composto pelos aeroportos Campo de Marte (SP) e Jacarepaguá (RJ); e o Bloco SP/MS/PA/MG, composto pelos aeroportos de Congonhas (SP), Campo Grande, Corumbá e Ponta Porã (MS); Santarém, Marabá, Carajás/Parauapebas e Altamira (PA); Uberlândia, Montes Claros e Uberaba (MG), as transferências operacionais foram concluídas em novembro de 2023.

O Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República editou a Resolução CPPI n.º 25, em 8 de maio de 2019, estabelecendo que a Infraero poderá alienar suas participações acionárias nas concessionárias dos aeroportos do Galeão, Confin, Brasília e Guarulhos.

Em agosto de 2023, a Companhia assinou contrato com o Estado do Ceará que tem como objeto a execução dos serviços de administração, operação, manutenção e conservação dos aeroportos regionais de Camocim (SNWC); Campos Sales; (SNCS); Cratêus (SNWS); Iguatu (SNIG); Quixadá (SNQX); São Benedito (SWBE); Tauá (SDZG); Jericoacoara (SBJE); Aracati (SBAC); Regional de Sobral (SN6L). A remuneração se dará por meio das arrecadações tarifárias e comerciais nos referidos aeroportos.

Por meio de portarias do Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR) foram atribuídos a Infraero a administração, operação e exploração de 5 (cinco) aeroportos regionais em 2023: Aeroporto de Flores/AM; Aeroporto Governador Valadares/MG; Aeroporto de Mossoró/RN; Aeroporto Sorriso/MT; e Aeroporto Usiminas/MG.

1.1. Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da Infraero

Com a política do Governo Federal de dar continuidade ao processo de concessão de aeroportos para a iniciativa privada, continuam em planejamento e em implantação diversas medidas para construir uma nova empresa voltada para a gestão de aeroportos regionais, comercialização de portfólio de serviços e produtos altamente especializados, atuando em áreas estratégicas, dentre as quais se destaca:

- Gestão de aeroportos regionais, por meio de outorga ou contrato;
- Elaboração de Plano Diretor;
- Desenvolvimento de Projetos de Aeroportos;
- Planejamento Aeroportuário;
- Licenciamento ambiental de aeroportos;
- Infraero Educação para consultoria e treinamentos;
- Soluções e suporte de TI para a infraestrutura aeroportuária;
- Prestação de serviços técnicos especializados;
- Consultoria ambiental, dentre outros.

O Governo Federal conta com o Plano Aeroviário Nacional (PAN) para alavancar a integração regional, tendo o transporte aéreo como um dos vetores de desenvolvimento da economia. O País possui pelo menos duas centenas de aeroportos estratégicos e prioritários – já mapeados pela Secretaria de Aviação Civil (SAC), do Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR), que são essenciais para a integração com outros modais da cadeia da infraestrutura e transporte. Assim, a Infraero se dedica ao que mais sabe fazer: desenvolver aeroportos e contribuir para a integração nacional, bem como ser o elo do governo na execução de políticas públicas para o setor.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou lucro no montante de R\$ 490.075 e patrimônio líquido em R\$ 1.051.445. As demonstrações contábeis foram preparadas com base no princípio da continuidade operacional, tendo em vista que as ações de redução de despesa e

aumento e geração de receita, bem como estruturação de plano de negócio para exploração de novos serviços, visam promover a sustentabilidade financeira nos próximos exercícios.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

b) Moeda funcional

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do País. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente.

d) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, se o contrário estiver disposto em nota explicativa.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, descritas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

A Infraero classifica os recursos financeiros de caixa, fundos fixos e bancos, incluindo suas aplicações financeiras de liquidez imediata, de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstrações do Fluxo de Caixa, cuja finalidade é atender aos compromissos de caixa de curto prazo, tendo as suas conversibilidades imediatas em montante conhecido de caixa e estar sujeito a insignificante risco de mudança de valor.

b) Caixa Restrito

A Infraero classifica como caixa restrito as aplicações mantidas em poupança, em virtude dos Termos de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) assinado com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. A utilização desses recursos é exclusivamente para atender o licenciamento ambiental de empreendimentos, conforme trata o art. 36, da Lei Federal n.º 9.985, de 18/7/2000. A Companhia também considera caixa restrito as garantias em moeda corrente, previstas no art. 56, § 1º, inciso I, da Lei n.º 8.666/93 e as aplicações do Tesouro.

c) Ativos financeiros não derivativos

A Infraero classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- Mensurados ao custo amortizado.

A Infraero classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

- Aplicações financeiras; e

sendo que os eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativa contábil, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo através de alienação (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Todo o grupo de ativos tangíveis passou pelo teste de “recuperabilidade” (*Impairment*).

j) Intangível

O ativo intangível é registrado considerando-se o seu valor bruto de aquisição somado a todos os gastos diretamente atribuíveis e apresentado ao custo de aquisição, deduzido da respectiva amortização acumulada e a perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável (*Impairment*).

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente, para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

k) Provisões e Passivos

Provisões para riscos contingenciais

As provisões são reconhecidas quando é provável que benefícios econômicos futuros sejam desembolsados para liquidação/desembolso de uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, cujo valor pode ser estimado com confiabilidade.

As provisões constituídas são provenientes de processos judiciais e administrativos de natureza cível, fiscal, trabalhista e outros. As premissas utilizadas para determinar os valores das obrigações e o grau de risco dos processos são estimadas pela Administração em conjunto com a área jurídica, a partir das evidências disponíveis e da análise na hierarquia das leis e jurisprudências disponíveis, nas decisões mais recentes dos tribunais e no andamento dos processos. No entanto, mudanças nas tendências de decisões proferidas ou nas jurisprudências de tribunais poderão alterar as estimativas ligadas às provisões para contingências.

Os valores das provisões são atualizados, mensalmente, pelos índices do Poder Judiciário, conforme a natureza do processo.

Passivos Contingentes

Os processos judiciais e administrativos classificados com grau de risco possível ou remoto, por serem caracterizados como passivo contingente, não são registrados no balanço, contudo, aqueles com grau de risco possível são evidenciados em nota explicativa indicando a quantidade de processos existentes e o valor total envolvido por natureza.

l) Benefícios a empregados

A Companhia concede benefícios a empregados incluindo previdência privada, assistência médica, Programa Auxílio Saúde (PAS), assistência odontológica, seguro de vida, participação nos resultados, entre outros. O plano odontológico é oferecido por meio de empresa contratada pela Infraero. A partir de 2020, o PAS passou a ser administrado na forma de auxílio-saúde, mediante reembolso, conforme estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023.

A Infraero é patrocinadora do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável (Plano CV) e dos Planos de Benefícios Definidos (Planos BD I e II) do Instituto Infraero de Seguridade Social (INFRAPREV). Os compromissos atuariais decorrentes das operações da Sociedade de Previdência Complementar são reconhecidos pelo regime de competência e com base em

s) Ativo e Passivo Circulante e Não Circulante

Os direitos e as obrigações são demonstrados pelos valores calculáveis e de realização, incluindo os rendimentos, os encargos e as variações monetárias incorridas até a data do balanço, quando aplicáveis. A classificação do curto e longo prazo obedece aos artigos 179 e 180 da Lei n.º 6.404/76, alterados pelas Leis nos 11.638/07 e 11.941/09.

4. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES CONTÁBEIS

Não identificamos normas de IFRS (International Financial Reporting Standards) ou interpretações de IFRIC (International Financial Reporting Interpretations Committee) que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Quanto aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são compostos como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	76	90
Conta corrente	1.150	12.083
Aplicação financeira	2.829.648	1.379.130
Total	2.830.874	1.391.303

As aplicações de liquidez imediata totalizam o saldo de R\$ 2.829.648 e representam fonte de recurso a ser utilizada em decorrência de eventuais necessidades de caixa. Por ser Empresa Pública, as aplicações são realizadas por intermédio do Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal, conforme estabelece a Resolução n.º 4.986, de 17 fevereiro de 2022, do Banco Central do Brasil, nos Fundos de Investimento a Curto Prazo Extramercado.

No ano de 2023, a Infraero apresentou aplicações de liquidez imediata de R\$ 2.586.286 bilhões. O aumento em relação ao mesmo período do ano de 2022, foi em decorrência, principalmente, do recebimento de recursos das Concessionárias do 7º leilão para o Programa Especial de Adequação do Efetivo (PEAE), e pagamentos antecipados do DECEA referente ao Termos de Conciliação n.º 006/2021/CCA/FCGU/AGU-CDC.

O Fundo de Aplicação do Extramercado recebe aplicações das disponibilidades resultantes de receitas próprias das autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta, bem como das fundações supervisionadas pela União.

As aplicações financeiras de liquidez imediata estão representadas por aplicações em fundos de renda fixa compostos por títulos públicos que fazem parte da carteira teórica de índice IFRM-1 (LTN e NTN-F).

6. CAIXA RESTRITO

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicação do tesouro	18	16
TCCA e convênios	38.485	46.665
Garantias caucionárias	21.896	25.811
Total	60.399	72.492

- Ações e investimentos em fundos nacionais.
- A Infraero classifica os seguintes ativos financeiros ao custo amortizado:
- Caixa e bancos;
- Aplicações em contas de poupança;
- Contas a receber;
- Títulos públicos; e
- Depósitos judiciais.

Mensuração

No reconhecimento inicial, a Infraero mensura um ativo financeiro ao valor justo, acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Títulos patrimoniais

A Infraero possui ações em empresas do segmento de energia e telefonia, classificadas como investimentos e mensuradas ao valor justo. As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/perdas na demonstração do resultado, quando aplicável.

Impairment

A Infraero avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Outros instrumentos financeiros

Em relação aos passivos financeiros a Infraero detém em suas operações: dívidas com fornecedores, empréstimos bancários, garantias caucionárias para assegurar o cumprimento de obras nos aeroportos (a serem devolvidas à medida que os contratos se encerram), valores a receber faturados em nome da Infraero, mas de propriedade de outras autarquias (recursos de terceiros a repassar), dívidas referentes à previdência privada complementar e outras contas a pagar. Esses passivos financeiros são mensurados a custo amortizado.

d) Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Com objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais, essas contas são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda estimada para crédito de liquidação duvidosa (*Impairment*).

É aplicada a abordagem simplificada conforme permitido pelo pronunciamento técnico IFRS 9/CPG 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

e) Estoques

Os materiais em almoxarifado estão registrados ao custo médio de aquisição ajustados à eventuais perdas, quando aplicável.

f) Investimentos

Os investimentos da Companhia são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme pronunciamento técnico CPC n.º 18 (R2) – Investimento em Coligada e em Controlada.

Com base no método da equivalência patrimonial o investimento é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo efetivo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na empresa.

A participação societária é apresentada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro (prejuízo) líquido. As demonstrações contábeis são elaboradas para o mesmo período de divulgação do resultado pelas suas coligadas. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

g) Impostos, taxas e contribuições

i. Impostos a recuperar

O saldo de impostos a recuperar é o crédito que constitui moeda de pagamento de tributos da mesma espécie ou não, e estão sendo tecnicamente movimentados de acordo com a legislação vigente aplicada à matéria, sendo que há perspectivas reais de realização.

ii. Impostos a recolher

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos, que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Imposto diferido (ativo e passivo) são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, de acordo com o estabelecido no pronunciamento técnico CPC n.º 32 – Tributos sobre o Lucro. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

A Infraero, de acordo com o pronunciamento técnico CPC n.º 32 – Tributos sobre o Lucro e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido e as projeções são revisados anualmente, ou na existência de fatos relevantes que modifiquem as premissas adotadas.

h) Partes relacionadas

As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Concessionária, sejam elas administradores, acionistas ou coligadas, são aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis. Como forma de assegurar a evolução das práticas, a política de transações entre partes relacionadas é revisada anualmente.

i) Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado considerando-se o seu valor bruto de aquisição somado a todos os gastos diretamente atribuíveis e apresentado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da respectiva depreciação acumulada calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens e a perda por redução ao valor recuperável (*Impairment*), quando aplicável.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente,

p) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

Na elaboração das demonstrações contábeis da Companhia, é necessário utilizar julgamentos para contabilização de certos ativos, passivos e outras transações. Os itens onde a prática de julgamento pode ser considerada mais relevante referem-se à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e provisões para passivos trabalhistas e tributários. A aplicação de julgamentos resulta em valores estimados na contabilização das provisões necessárias para realização dos ativos, passivos contingentes, determinações de provisão para o imposto de renda e outros similares. Assim, os resultados reais podem apresentar variações em relação a essas estimativas. Ambos, são constantemente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas e premissas contábeis significativas

(f) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*)

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

(ii) Provisão para indenizações ao Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria (PDITA) e Demissão Incentivada (DIN)

Considerando a política adotada pelo Governo Federal para concessão à iniciativa privada de aeroportos administrados pela Infraero, a Companhia, por meio do termo aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho, celebrado em 6/12/2011, implantou o Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria (PDITA) e Demissão Incentivada (DIN). Dessa forma, à medida que são disponibilizados os números de vagas para adesão, a Companhia constitui a provisão para os desligamentos, utilizando como critério os empregados confirmados e deferidos, o montante da provisão, quando constituído, será composto pelos seguintes benefícios: incentivo financeiro, multa de FGTS, aviso prévio e a contribuição sobre o aviso prévio indenizado.

q) Ativos não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas

Os grupos de ativo não circulante classificados como mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda. Os grupos de ativo não circulante são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda em vez de por meio de uso contínuo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual. Neste sentido, considerando que a Administração não espera nenhuma realização desses ativos, recuperação em decorrência da venda dos aeroportos constantes no Programa Nacional de Desestatização (PND), estes não serão classificados para o Ativo Circulante.

r) Apuração do Resultado

O resultado do exercício é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorreram, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou do pagamento.

cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente contratado pela patrocinadora Infraero. A avaliação atuarial é realizada, de acordo com as regras estabelecidas pelo pronunciamento técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido do valor justo dos ativos do plano, com os ajustes dos custos de serviços passados não reconhecidos.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio, até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se os direitos aos benefícios já tiverem sido adquiridos, os custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma Entidade Fechada de Previdência Complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Infraero e não podem ser pagos diretamente a Companhia. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras do plano.

Ganhos e perdas atuariais – são resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente se realizou e, incluem os efeitos de mudanças nas premissas atuariais. São reconhecidos na demonstração do resultado abrangente.

m) Reconhecimento de Receita

As receitas são apuradas de acordo com o regime de competência. Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada confiavelmente:

i. Receita da prestação de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

ii. Receita financeira

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

n) Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado

A demonstração do fluxo de caixa foi preparada pelo método indireto e está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa. A demonstração do valor adicionado foi preparada e está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

o) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (RS), que é a moeda funcional da Companhia.

As aplicações de Notas do Tesouro correspondem à venda de participações societárias em cumprimento do Decreto n.º 1.068/94, que trata do Programa Nacional de Privatização (PND). Pela alienação foram recebidas Notas do Tesouro Nacional, série “P”, resgatáveis até janeiro de 2030, ou seja, mantidas até o seu vencimento e que estão sob custódia do Banco Bradesco S.A., no valor de R\$ 18.

Os valores relativos ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) assinado com a Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo estão aplicados em conta poupança, no total de R\$ 10.073.

Os saldos dos convênios celebrados com o Governo do Pará e Ministério do Turismo destinam-se a realização de obras e serviços de engenharia visando a modernização dos aeroportos administrados pela Infraero. O saldo relativo a esses convênios corresponde ao montante de R\$ 28.412.

As garantias caucionárias registradas em caixa restrito são da modalidade de moeda corrente, prevista no art. 56, §1º, inciso I, da Lei n.º 8.666/93. São créditos efetuados diariamente, na conta da Infraero, correspondentes a 5% sobre o valor global dos contratos. Esses créditos serão corrigidos, e restituídos às empresas à medida que os contratos se encerram, ou quando as empresas solicitam a sua substituição por outra modalidade de garantia que totalizaram o valor de R\$ 21.896.

7. CONTAS A RECEBER

O saldo de contas a receber está apresentado pelo valor original deduzido das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa (PECLD).

a) Composição do Contas a Receber

	31/12/2023	31/12/2022
Comerciais, Exploração de Serviços e Cursos e Treinamentos	457.244	

c) Movimentação na Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa

A Infraero reconhece a Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos classificados no grupo Contas a Receber, incluindo as dívidas vencidas em processo de negociação e em cobranças judiciais. O montante é considerado pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A provisão foi calculada observando-se os aspectos fiscais da Lei n.º 9.430/96, o histórico de inadimplência dos clientes e a sua relevância. Diante do novo perfil da Companhia, com novos clientes, advindos da exploração de novos serviços, alguns critérios do cálculo das perdas esperadas foram alterados considerando:

- Os créditos a vencer e vencidos até 60 dias (clientes do segmento de tarifas de embarques) e 120 dias (clientes do segmento de tarifas de aeronaves) são excluídos do cálculo, uma vez que possuem um histórico de perda muito baixo; e
- Na análise individualizada por cliente, aqueles que possuem valores vencidos, cujo montante representem menos de 5% dos seus valores a vencer, são também excluídos do cálculo.

A variação verificada no período é decorrente, principalmente, da reversão dos valores provisionados anteriormente, em função de acordos de parcelamentos firmados com alguns clientes.

Em 31 de dezembro de 2023, a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é de R\$ 528.094.

PECLD - Circulante	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do período	(457.090)	(656.966)
Adições	(481.648)	(1.100.746)
Transferência	(43.304)	351.426
Reversões	760.226	949.196
Baixas	-	-
Saldo no fim do período	(221.816)	(457.090)
PECLD - Não circulante	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do período	(343.562)	(33.723)
Adições	(182.263)	(183.286)
Transferência	43.304	(351.426)
Reversões	98.618	85.650
Baixas	77.625	119.223
Saldo no fim do período	(306.278)	(343.562)
Total	(528.094)	(800.652)

8. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES**a) Tributos a recuperar**

O saldo de Impostos a Recuperar no montante de R\$ 54.121, compreende créditos tributários de curto prazo recuperáveis, provenientes de retenções na fonte, créditos de PIS e COFINS e apuração de saldos negativos de IRPJ e CSLL.

	31/12/2023	31/12/2022
PIS e COFINS	6.539	5.810
INSS	71	71
Imposto a recuperar (retido) - Lei 9.430/96	6.272	1.785
IRRF e IRPJ/CSLL	41.106	30.271
ISS	133	137
Total	54.121	38.074

A variação, na rubrica IRRF e IRPJ/CSLL, decorre especialmente das antecipações, apuradas e recolhidas no período por meio de balancete de suspensão e redução, bem como retenções na fonte realizadas por clientes e Imposto de renda retido sobre as aplicações financeiras, cujos créditos serão compensados com débitos vencidos após transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECF) em julho/2024, conforme determina a legislação.

Os tributos a recuperar PIS/COFINS decorrem de Pedidos de Restituições em análise pela Receita Federal do Brasil (RFB) oriundos de retenções na fonte, e os saldos negativos de IRPJ e CSLL também dependem de homologação da RFB para realização das compensações com débitos vencidos.

Os créditos tributários reconhecidos como Imposto a Recuperar (retido), Lei n.º 9.430/96, referem-se às retenções na fonte realizadas pelos clientes da Infraero, nos termos do art. 64 da referida Lei, regulamentada pela IN n.º 1.234 da RFB, de 11 de janeiro de 2012.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Ativos

Com base em estudo técnico e projeção de resultados, a Infraero identificou que não possui expectativa de lucros tributáveis futuros. Assim, o ativo fiscal diferido foi constituído em 2023 apenas para fazer face a quitação do saldo do Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF).

Adesão ao PRLF

No primeiro trimestre ocorreu a adesão ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF), em face de débitos administrativos tributários no âmbito de Delegacia da Receita Federal de Julgamento – DRJ e no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF classificados no art. 10, incisos I e II da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº1/2023. A opção escolhida pela empresa foi pagamento em dinheiro e com uso de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL apurados até 31 de dezembro de 2021. Desse modo, considerando a previsão legal de compensação fiscal registramos o ativo diferido suficiente para quitação do parcelamento:

Valor Principal	60.304
Reduções	21.100
Principal Ajustado	39.204
Compensação PF/BN CSLL	24.120
Total	15.084

c) Tributos a recolher

	31/12/2023	31/12/2022
PIS e COFINS	24.208	9.053
INSS s/ terceiros	668	1.954
Impostos a recolher (retenção) - Lei 9.430/96	4.219	7.022
ISS a recolher	1.378	2.152
IRPJ e CSLL	10.850	-
Outros	550	550
Total	41.873	20.731

O Imposto de Renda e da Contribuição Social apurado por meio do balancete de suspensão e redução de janeiro a setembro de 2023 são calculados com base no Lucro Real com alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 20 mil mês, e 9% sobre o lucro tributável para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável no período, calculado sobre as alíquotas decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Impostos a Recolher Correntes

Contribuição Social	31/12/2023
Resultado antes da Provisão para a CSLL	610.579
Adições	1.184.666
Permanentes	252.009
Temporárias	932.657
Exclusões	1.368.486
Permanentes	150.578
Temporárias	1.217.908
Base de Cálculo da Contribuição Social	426.759
(-) Compensação de Base Negativa de CSLL	128.028
Contribuição Social Devida (9%)	26.886
(-) CSLL Pago - Balancete de Suspensão/Redução	27.417
Saldo a Recolher CSLL	(531)

Imposto de Renda	31/12/2023
Resultado depois da Contribuição Social	590.078
Adições	1.211.552
Permanentes	232.895
Temporárias	978.657
Exclusões	1.374.871
Permanentes	150.826
Temporárias	1.224.045
Prejuízo/Lucro Real	426.759
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal	128.028
IRPJ Devido a 15%	44.810
(-) Prorrogação Licença Maternidade	295
(-) Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT	1.792
(-) Lei Rouanet	1.200
(-) Doações Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente	300
(-) Doações Fundos dos Direitos do Idoso (Limite individual)	300
(-) Atividades de Caráter Desportivo	600
Adicional do Imposto de Renda (10%)	29.849
IR retido s/ Aplicação Financeira	56.580
IR Pago - Balancete de Suspensão/Redução	17.744
Saldo a Recolher IRPJ	(4.132)

d) Imunidade recíproca – ISS e IPTU

A Infraero não recolhe aos municípios, onde administra aeroportos, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) por prestar serviço público federal em nome da União, nem recolhe o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), pertinente aos sítios aeroportuários, porquanto se constituem propriedades da União Federal. Com efeito, o Supremo Tribunal Federal (STF), em mais de uma oportunidade, com respaldo na alínea "a", do inciso VI, do art. 150, da Constituição da República Federativa do Brasil, reconhece à Infraero como, de ordinário, às demais empresas públicas, a aplicação do princípio da imunidade recíproca.

Em razão disso, a Companhia decidiu por não realizar provisão de possíveis perdas em ações de execução fiscal envolvendo as matérias supramencionadas. O recolhimento de ISS no qual a Infraero apresenta valores é decorrente de retenções de Prestadores de Serviços em atendimento do art. 6º da Lei Complementar n.º 116/03.

A Infraero só reconhece a provisão mediante avaliação da probabilidade de perda, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. Em razão disso, a Infraero decidiu por não realizar provisão contábil passiva relativas às ações de execução fiscal do Imposto sobre Serviços (ISS).

9. INVESTIMENTOS**a) Composição**

	31/12/2022
Participação em fundos	1.809
Obras de arte	829
SPE	6.200.930
Equivalência patrimonial	(6.200.930)
Total	2.638

As participações em fundos, R\$ 2.035, que possuem mercado ativo e são negociadas em bolsa de valores, foram atualizadas ao valor de mercado e reconhecidas a valor justo. O total da participação da Infraero nas SPE, considerando a equivalência patrimonial, está até o limite do saldo de investimento em cada SPE, na forma da Lei n.º 6.404/76.

b) Investimentos mensurados a valor justo

	31/12/2023	31/12/2022
Telefônica Brasil S.A. - ON (VIVT3)	78	56
Cotas FINAM (FNAM11)	1.813	1.593
Cotas FINOR (FNOR11)	142	130
Outros	2	30
Total	2.035	1.809

c) Investimentos em coligadas

	Total Investimento	Resultado da Equivalência Patrimonial	Saldo do Investimento
Em 31 de dezembro de 2023			
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A	1.286.033	(1.286.033)	-
Infraerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A	940.250	(940.250)	-
Aeroportos Brasil - Viracopos S.A	777.385	(777.385)	-
Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A	2.798.861	(2.798.861)	-
Concessionária Aerobrasil - Confins	444.401	(444.401)	-
Total	6.246.930	(6.246.930)	-

O quadro a seguir apresenta a movimentação da participação da Infraero (49% do Capital Social) na Sociedade de Propósito Específico (SPE) de Brasília.

	Infraerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2022	-	-
Aporte de capital	127.400	127.400
Resultado de equivalência patrimonial	(127.400)	(127.400)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-
Aporte de capital	46.000	46.000
Resultado de equivalência patrimonial	(46.000)	(46.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-

d) Movimentação intangível

	Taxa de Depreciação	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixa	Transf	Saldo em 31/12/2023
Custo						
Licença de uso de software		98.386	174	(6.576)	(1.065)	90.919
Marcas, direitos e patentes		15	1	-	-	16
Software em desenvolvimento		7.851	-	-	-	7.851
Redução ao valor recuperável		(5.529)	(8.515)	-	1.065	(12.979)
Redução ao Valor Recuperável - concessão		-	-	-	-	-
Total		100.723	(8.340)	(6.576)	-	85.807
Amortização acumulada						
Licença de uso de software	20% a.a.	(68.112)	(1.646)	6.557	-	(63.201)
Marcas, direitos e patentes	20% a.a.	(14)	-	-	-	(14)
Software em desenvolvimento		-	-	-	-	-
Total		(68.126)	(1.646)	6.557	-	(63.215)
Intangível líquido		32.597	(9.986)	(19)	-	22.592

e) Teste de recuperabilidade

As projeções de receitas e despesas utilizadas na elaboração do fluxo de caixa que compõem o teste de recuperabilidade são as mesmas adotadas no Orçamento e no Planejamento Empresarial aprovado pela Alta Administração para o ano de 2024.

Outro elemento preponderante e com expressiva influência sobre os resultados é a inexistência de elementos que denotem que o Governo Federal irá dar continuidade ao Programa de Concessão de Aeroportos da rede, pelo contrário o que vem sendo discutido é a transferência à Infraero da gestão de aeroportos regionais, com pouco apelo econômico, o que enfatiza a necessidade de adoção de uma visão estratégica de empresa fomentadora do crescimento regional, tendo como consequência, em um primeiro momento, resultados negativos e a necessidade da promoção de ajustes contábeis por imparidade no valor de ativos imobilizados e diferidos.

Para o ano de 2024, tanto as receitas como as despesas operacionais esperadas serão próximas a prognose do movimento operacional realizada em 2023 e o valor das tarifas e receitas operacionais atualizadas, pelo critério de reajuste usual (PIB, IPCA e Reajuste Tarifário), em conformidade com os limites autorizados pelo órgão regulador (ANAC). Salientamos, que para o ano de 2023 os critérios de projeção foram os usualmente adotados historicamente, inclusive dispêndio com pessoal.

Para composição do estudo, ora em evidência, foram adotadas as seguintes evidências econômicas externas:

- PIB estimado para 2024 de 1,89%;
 - Inflação para 2024 de 3,87%, cabe destacar que esta inflação é formada em sua maioria pela alta dos preços dos combustíveis, o que ocasiona o aumento do custo da viagem pelo modal aéreo e, consequentemente, reduz a demanda por serviços aeroportuários;
 - Normalização da demanda de passageiros e aeronaves;
 - Manutenção do dólar (*)¹ na casa dos R\$ 5,40, o que desestimula viagens ao exterior;
 - Transferência de aeroportos regionais para a gestão da Infraero; e
 - Falta de orientações quanto a continuidade das concessões de aeroporto.
- Para apuração do Valor Presente foram adotados os seguintes elementos:
- Fluxo de caixa elaborado com base nos valores de receitas e despesas constante do orçamento da Infraero aprovado para o ano de 2024, decorrente do uso de ativos agrupados por Unidade Geradora de Caixa (UGC), em detrimento a ativos individualizados. No caso da Infraero, se entende como UGC os aeroportos cuja administração lhe foi delegada pela União Federal e aqueles geridos por meio de contrato de gestão;
 - Prazo para projeção de receitas de 60 (sessenta) meses;

De acordo com o item 22 – (c) do pronunciamento técnico CPC 45 (IFRS 12) – Divulgação de Participação em Outras Entidades, a investidora deve divulgar a parcela do prejuízo da investida cujo reconhecimento foi suspenso em função de ter zerado o saldo líquido das contas que integram o investimento total líquido. Em todas as SPE, investidas pela Infraero, os prejuízos apurados superaram o montante investido.

A Infraero não possui obrigações legais ou constitutivas de fazer pagamentos ou de arcar com compromissos decorrentes do passivo a descoberto de suas coligadas. Desta forma, não foi constituído passivo do excedente da equivalência patrimonial, já que a responsabilidade da Companhia é adstrita às ações integralizadas no Capital Social das coligadas.

10. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL**a) Composição imobilizado**

	31/12/2023	31/12/2022
Custo histórico	202.859	419.467
Depreciação	(145.097)	(316.494)
Redução ao valor recuperável	(5.746)	(46.390)
Total	52.016	56.583

b) Movimentação imobilizado

	Taxa de Depreciação	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixa	Transf	Saldo em 31/12/2023
Custo						
Edificações e Benfeitorias		16.655	-	(43)	(33)	16.579
Imobilização em Andamento		5.498	811	-	(5.468)	841
Instalações, Maquinas e Equipos		178.210	3.906	(87.113)	(15.494)	79.509
Móveis e Utensílios		45.510	491	(25.628)	(6.098)	14.275
Terrenos		16.637	-	(29)	-	16.608
Veículos		152.974	1.186	(79.156)	(2.548)	72.456
Obras em bens da União		603	-	(603)	-	-
Outros		2.628	-	(36)	(1)	2.591
Bens em Comodato		752	-	(748)	(4)	-
Redução ao valor recuperável		(46.390)	11.281	-	29.363	(5.746)
Total		373.077	17.675	(193.356)	(283)	197.113
Depreciação acumulada						
Edificações e Benfeitorias	4% e 10% a.a.	(4.165)	(3)	41	-	(4.127)
Instalações, Maquinas e Equipos	10% e 5% a.a.	(142.515)	(5.256)	83.553	22	(64.196)
Móveis e Utensílios	10% a.a.	(37.011)	(247)	24.672	33	(12.553)
Veículos	25% a.a.	(131.684)	(562)	68.728	228	(63.290)
Outros		(384)	(582)	35	-	(931)
Bens em Comodato		(735)	-	735	-	-
Total		(316.494)	(6.650)	177.764	283	(145.097)
Imobilizado líquido		56.583	11.025	(15.592)	-	52.016

c) Composição intangível

	31/12/2023	31/12/2022
Custo histórico	98.786	106.252
Amortizações	(63.215)	(68.126)
Redução ao valor Recuperável	(12.979)	(5.529)
Total	22.592	32.597

(c) Taxa de desconto que equivale ao Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC) ou WACC, em inglês, de 6,55%, o qual refere-se a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), dado que 100% do retorno da Infraero tende a ser utilizado para pagamento da remuneração do sócio principal, ou seja, a União Federal;

(d) Não foi adotada perpetuidade; e

(f) Reconhecimento da Depreciação/Amortização no Resultado.

Os valores de depreciação e amortização reconhecidos no resultado em 31 de dezembro de 2023 totalizam R\$ 8.296, sendo R\$ 6.651 referentes a depreciação e R\$ 1.645 amortização (R\$ 7.684 em 31 de dezembro de 2022, sendo R\$ 7.239 depreciação e R\$ 445 amortização).

(g) Revisão da vida útil.

Em decorrência da transição dos aeroportos da 7ª rodada de concessões, com repasse dos bens para as concessionárias, a Companhia optou por realizar a revisão da vida útil dos bens no exercício de 2024. Os ajustes, se necessários serão efetuados de forma prospectiva.

11. OUTROS ATIVOS

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos		
Empregados cedidos (j)	77.296	8.196
PAMI coparticipações a receber	7.508	7.480
Outros ativos	636	

• Pedidos de condenação da Infraero sob o prisma da responsabilidade subsidiária na apuração de verbas salariais ou parcelas rescisórias. Trata-se de ações propostas por empregados ou ex-empregados de empresas contratadas (terceirizados), cujas decisões têm sido diversificadas nas Varas do Trabalho e nos Tribunais Regionais do Trabalho, não tendo sido a matéria pacificada no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho.

b) Ações Cíveis

• Quanto às ações cíveis, existem pedidos diversificados de indenizações e cobranças nas unidades regionais da Infraero, decorrentes de: acidentes e/ou incidentes aeronáuticos; furtos ou avarias de cargas em terminais de carga; furtos, acidentes e danos materiais ocorridos em áreas operacionais e terminais de passageiros, acumulados com danos morais; acidentes e/ou incapacidades laborais; relações oriundas de contratos administrativos firmados pela Companhia, em função de execução de obras, serviços e concessões de áreas aeroportuárias; além de discussões sobre a legalidade de cobrança de tarifas aeroportuárias.

c) Ações Tributárias

• A Infraero está sujeita a fiscalizações realizadas pelas autoridades fiscais com relação às operações que realiza. A fim de elidir eventuais autuações fiscais relativas à formação da base de cálculo e quanto à incidência de determinados tributos e contribuições sobre atividades econômicas desenvolvidas, a Companhia busca provimento judicial para obter a suspensão da exigibilidade do tributo em litígio mediante garantia em dinheiro por meio de depósitos judiciais.

d) Ações Administrativas

• A Infraero é parte envolvida em processos que tramitam na esfera administrativa de eventuais passivos perante o INMETRO, ANVISA, ANAC, Secretaria da Receita Federal do Brasil (processos decorrentes das atividades sujeitas a alfanfandagem), PROCON, ANATEL e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações.

e) Ações Ambientais

• A Infraero constitui provisões para ações ambientais decorrentes de multas aplicadas por órgãos públicos, que estão em discussão na esfera administrativa, originadas do curso normal de suas atividades ou de alegado descumprimento/não atendimento de condicionantes ambientais.

Processos judiciais e extrajudiciais provisionados

Os valores das ações classificadas com risco de perda provável foram provisionados e estão demonstrados no quadro a seguir:

	Processos prováveis	
	31/12/2023	31/12/2022
Processos fiscais	16.266	15.629
Processos administrativos	47.837	62.056
Processos trabalhistas	334.864	278.499
Processos cíveis	121.922	72.985
Processos ambientais	17	18
Total	520.906	429.187

A seguir, demonstramos a movimentação das contingências prováveis ocorridas durante o período:

Movimentação das ações prováveis	31/12/2022	Adição	Reversão	Baixa	31/12/2023
Processos fiscais	15.631	11.854	(11.219)	-	16.266
Processos administrativos	62.055	16.927	(31.145)	-	47.837
Processos trabalhistas	278.499	414.232	(217.320)	(140.547)	334.864
Processos cíveis	72.984	100.122	(48.301)	(2.883)	121.922
Processos ambientais	18	-	(1)	-	17
Total	429.187	543.135	(307.986)	(143.430)	520.906

reduções. Este valor depende de uma série de variáveis e premissas relativas à taxa de desconto e condições atuais de mercado. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.

Os recursos que o Instituto dispõe para seu funcionamento são representados por contribuições de sua patrocinadora, participantes, assistidos e autofinanciados e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos.

O Infraprev possui três planos de previdência: dois de Benefício Definido (Plano BD) e um de Contribuição Variável (Plano CV), o qual detém o maior número de participantes. A partir da implantação do Plano de Contribuição Variável, em dezembro de 2000, somente este plano está aberto à entrada de novos participantes.

Planos	Benefícios	Classificação	Vigência
Plano BD I	Aposentadoria e Pensão	Benefício Definido	Fechado para novos participantes
Plano BD II	Aposentadoria e Pensão	Benefício Definido	Fechado para novos participantes
Plano CV	Aposentadoria e Pensão	Contribuição Definida *	Aberto

* Trata-se de plano híbrido, pois possui riscos atuariais para o serviço passado, de participantes que migraram dos planos de benefício definido.

Perfil de Participantes dos planos

Planos	31/12/2023			31/12/2022		
	Ativos *	Assistidos **	Total	Ativos *	Assistidos **	Total
Plano BD I	11	136	147	11	141	152
Plano BD II	0	19	19	0	20	20
Plano CV	4.098	4.778	8.876	4.515	4.787	9.302

* Compõem os Ativos, os participantes auto patrocinados, Benefício Proporcional Diferido (BPD) e os pensionistas.

** Os Assistidos correspondem aos aposentados e participantes em auxílio-doença.

A Infraero contratou empresa especializada para prestação de serviços técnicos de Avaliação

Processos judiciais e extrajudiciais não provisionados

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía ações envolvendo riscos de perda classificadas pela Administração como possíveis, para as quais não foi constituída provisão, totalizando R\$ 916.286, conforme demonstrado:

	Processos possíveis	
	31/12/2023	31/12/2022
Processos fiscais	250.489	300.388
Processos administrativos	135.874	910.333
Processos trabalhistas	130.316	106.485
Processos cíveis	399.607	411.342
Processos diversos	-	2.694
Total	916.286	1.731.242

Depósitos recursais e judiciais

Correlacionados às contingências, existem depósitos judiciais. Em 31/12/2023, os depósitos judiciais mantidos pela Companhia representam R\$ 231.412 deduzidos de provisão para perda no montante de R\$ 628, conforme apresentados a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos judiciais trabalhistas	184.820	209.999
Depósitos judiciais cíveis	22.205	17.174
Depósitos judiciais fiscais	22.506	22.319
Depósitos judiciais ambientais	125	126
Depósitos judiciais administrativos	1.756	1.774
(-) Provisão para perda	(628)	(876)
Total	230.784	250.516

Ativos Contingentes

A Infraero não possui ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos seja classificada como praticamente certa.

13. FORNECEDORES

O saldo de R\$ 127.206, em 31/12/2023, R\$ 182.385 em 31/12/2022, representa as obrigações referentes às aquisições de materiais e serviços e outras obrigações com vencimento, geralmente, no mês seguinte. A Companhia não se financia por meio de operações de risco sacado ou outros mecanismos de financiamento a fornecedores.

14. ENCARGOS TRABALHISTAS

	31/12/2023	31/12/2022
Encargos sobre férias	25.497	25.166
Férias a pagar	71.337	72.037
Ordenados e salários a pagar	19.417	19.742
FGTS a Recolher	4.277	3.197
INSS a Recolher	19.907	21.447
Rescisão de contrato a pagar	8.762	-
IRRF s/ folha de pagamento	24.397	17.288
Total	173.594	158.877

Atuarial dos benefícios pós-emprego oferecidos aos seus empregados de acordo com as regras estabelecidas pelo pronunciamento técnico CPC n.º 33. A contratada realizou avaliação atuarial para a contabilização em balanço dos benefícios pós-emprego oferecidos. Dessa forma, as avaliações atuariais são elaboradas anualmente, por atuariário externo, e as informações constantes, a seguir, referem-se àquelas efetuadas na data base de 31 de dezembro de 2023.

Premissas atuariais e econômicas

Hipóteses	BD I	BD II	CV
Crescimento real dos salários	0,00% a.a.	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Crescimento real dos benefícios	0,00% a.a.	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Taxa de juros de desconto atuarial anual - nominal	10,38% a.a.	10,38% a.a.	9,50% a.a.
Taxa de juros de desconto atuarial anual - real	5,32% a.a.	5,32% a.a.	6,05% a.a.
Método atuarial de financiamento	Crédito unitário projetado		
Regime financeiro	Capitalização		
Expectativa de inflação	4,80% a.a. obtida a partir da mediana da taxa projetada pelo BACEN para o IPCA em 2023		
Taxa/Tábua de rotatividade (Turnover)	0,00% a.a.	JM-Turnover-InfraprevCV2022	
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT 2000 M&F		
Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados	AT 2000 M&F		
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	AT-49 M		
Tábua de entrada em invalidez	Não aplicável		Álvaro Vindas

Composição Familiar

Plano I de Benefícios Saldado, Plano II de Benefício Definido e Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável:

• Benefícios a Conceder: para a definição do número de beneficiários, foi considerada a composição familiar

Os valores registrados no grupo de contas de encargos trabalhistas referem-se a saldos devidos por ordenados e salários, férias e encargos incidentes sobre a folha de pagamento de pessoal. Tais valores são provisionados conforme a competência dos fatos ocorridos e baixados posteriormente, quando eles são liquidados.

15. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Programa especial de adequação do efetivo (PEAE)

O Programa Especial de Adequação do Efetivo (PEAE) visa a redução de empregados excedentes e equalização do quadro de pessoal entre as unidades da Infraero, em virtude da política de concessão de aeroportos adotada pelo Governo Federal a partir de 2011. O PEAE é composto de três programas: Incentivo à Transferência para Concessionárias ou à Aposentadoria (PDITA), Desligamentos Incentivados (DIN) e Transferência Especial de empregados entre unidades da Infraero (TE). As oportunidades de desligamento são oferecidas em ciclos, com cronogramas pré-definidos, nos quais constam períodos determinados desde a fase de inscrição até o prazo de desligamento.

(i) Desligamento incentivado – DIN

O DIN é uma modalidade de desligamento a pedido, prevista no PEAE.

	2023	2022
	Quantidade de desligamentos	354
Montante envolvido - R\$ mil	82.423	56.858

(ii) Movimentação no Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria – PDITA

	2023	2022
	Quantidade de desligamentos	285
Montante envolvido - R\$ mil	66.662	34.453

Os desligamentos pelo PDITA e pelo DIN estão sendo realizados com recursos oriundos do Programa Nacional de Desestatização (PND) repassados pelas concessionárias vencedoras dos leilões dos aeródromos concedidos.

A validade do programa encerrou-se em 2023, tendo sido solicitada a prorrogação à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), para a abertura de novo ciclo para os empregados aderirem ao programa PDITA e DIN.

Provisão para PDITA/DIN	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do período	73.596	135.600
Adições	-	73.596
Reversões	(73.596)	(135.600)
Saldo no fim do período	-	73.596

b) Plano de Previdência Complementar

A Infraero é patrocinadora do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV e dos Planos de Benefício Definido Planos BD I e II do Instituto Infraero de Seguridade Social (INFRAPREV), entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade suplementar aos participantes da instituição e seus beneficiários os benefícios a eles assegurados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), bem como promover seu bem-estar social. A Companhia reconhece o valor presente das contribuições normais futuras, calculado pelo método de crédito unitário projetado, relacionado aos Planos de Benefício Definido e Contribuição Variável. Os valores de pagamentos das contribuições futuras que beneficiarão a Companhia (valor contabilizado na rubrica Benefício Pós-Emprego) representam o valor estimado das

média com as características recomendadas no "Estudo Técnico para Fundamentação das Hipóteses Atuariais a serem utilizadas na Avaliação Atuarial de 31/12/2022", disponibilizado pelo Infraprev.

- » Percentual de Casados: 80%.
- » Diferença de Idade entre Participante e Cônjuge: 4 anos.
- » Filho temporário até os 24 anos.

• Benefícios Concedidos (aposentadorias e pensões): foi considerada a composição familiar real, conforme banco de dados fornecido pelo Infraprev.

Taxa de Desconto Atuarial Real

A taxa de desconto atuarial real, compatível com os títulos públicos federais (NTN-B) com vencimento em 2032, com duration aproximada a dos fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes e assistidos da Infraero em cada plano são as seguintes:

	Duration (anos)	Taxa de desconto
Plano I de Benefícios Saldados	9,37	5,32%
Plano II de Benefício Definido	9,76	5,32%
Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável	9,53	5,32%

As hipóteses foram adotadas em consonância com os estudos de adequação de hipóteses elaborados pela entidade de previdência complementar responsável pela gestão do plano de benefícios, exceto em relação à hipótese de taxa de juros, a qual foi definida tomando-se por base a NTN-B com vencimento mais próximo, porém não superior à duration do passivo, a qual foi calculada usando-se a metodologia definida no Anexo I da Resolução Previc nº 23, de 14/08/2023, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Valor Justo dos Ativos do Plano

Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos	31/12/2023		
	Plano BD I	Plano BD II	Plano CV
Valor justo dos ativos no início do período	99.263	14.000	1.790.783
Receita de juros	9.427	1.330	170.064
Ganhos/(Perdas) sobre os ativos do plano	4.726	1.071	11.380
Contribuições do patrocinador	-	-	2.571
Contribuições dos participantes	-	-	2.595
Benefícios pagos pelo plano	(6.466)	(696)	(249.490)
Ativos (adquiridos)/transferidos de outros planos por transação	-	-	-
(=) Valor justo dos ativos do plano no final do período	106.950	15.705	1.727.903
Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos	31/12/2022		
	Plano BD I	Plano BD II	Plano CV
Valor justo dos ativos no início do período	98.234	14.217	1.674.841
Receita de juros	8.588	1.242	163.916
Ganhos/(Perdas) sobre os ativos do plano	(1.291)	(798)	(14.424)
Contribuições do patrocinador	-	-	2.261
Contribuições dos participantes	-	-	2.271
Benefícios pagos pelo plano	(6.268)	(661)	(238.082)
Ativos (adquiridos)/transferidos de outros planos por transação	-	-	-
(=) Valor justo dos ativos do plano no final do período	99.263	14.000	1.790.783

Para os Planos BD I, BD II e CV existem recursos integralizados suficientes para garantir o pagamento dos compromissos dos planos, não tendo obrigação atuarial a ser provisionada pela Companhia.

c) Programa auxílio saúde – PAS

A Infraero e o Sindicato Nacional dos Empregados em Empresas Administradoras de Aeroportos (SINA), por meio do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) celebrado em 15/12/2023, com vigência entre o período de 01/05/2023 a 30/04/2025, instituíram novo modelo de programa de assistência médica, que passou a ser auxílio de assistência à saúde, de caráter indenizatório, conforme Cláusula 47, parágrafo 13, e, como tal, limita o valor da obrigação da patrocinadora aos valores mensais, por faixa etária, constantes das tabelas reproduzidas em sequência ao parágrafo 5 deste relatório.

Premissas atuariais e econômicas

Premissas	31/12/2023
Método atuarial de financiamento	Crédito unitário projetado
Regime financeiro	Capitalização
Expectativa de inflação	4,80% a.a. obtida a partir da mediana da taxa projetada pelo BACEN para o IPCA em 2023
Taxa de juros de desconto atuarial anual - nominal	10,38% a.a.
Taxa de juros de desconto atuarial anual - real	5,32% a.a.
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT 2000 M&F
Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados	AT 2000 M&F
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	AT-49 M
Tábua de entrada em invalidez	Não aplicável
Taxa de rotatividade (Turnover)	0,99% a.a.
HCCTR (Health Care Cost Trend Rate)*	Não aplicável
Composição familiar para custo de pensão (participantes/aposentados)	Foi considerada a composição familiar real, conforme banco de dados fornecido pela empresa com os titulares e dependentes no plano, sendo que, conforme disposto no regulamento, somente os titulares e seus cônjuges tem direito a permanecer no plano após a aposentadoria

* A HCCTR (Health Care Cost Trend Rate) representa a expectativa de inflação médica anual nominal de longo prazo como, por exemplo, quanto os custos médico-hospitalares irão aumentar no longo prazo, independentemente do envelhecimento da população e da inflação.

Apuração do Passivo (Ativo) atuarial a ser reconhecido no Balanço

Apuração do Passivo (Ativo) atuarial a ser reconhecido no Balanço	31/12/2023			31/12/2022		
	Plano BD I	Plano BD II	Plano CV	Plano BD I	Plano BD II	Plano CV
1. Ativo Líquido de Cobertura do Plano						
1.1. Valor Justo dos Ativos do Plano	106.950	15.705	1.727.903	99.263	14.000	1.790.783
2. Conciliação dos (Ativos) e Passivos Reconhecidos						
2.1. Obrigações atuariais apuradas na avaliação	(75.373)	(8.673)	(1.866.687)	(73.376)	(8.112)	(1.814.176)
2.2. Nível de cobertura, se (déficit) ou superávit (1.1.+2.1.)	31.577	7.032	(138.784)	25.887	5.888	(23.393)
3. Status do fundo e (Passivo)/Ativo reconhecido						
Status do Plano de Benefícios						
Valor presente da obrigação atuarial	(75.373)	(8.673)	(1.866.687)	(73.376)	(8.112)	(1.814.176)
(-) Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial	-	-	-	-	-	-
(=) Valor presente da Obrigação Atuarial Líquida	(75.373)	(8.673)	(1.866.687)	(73.376)	(8.112)	(1.814.176)
Valor justo dos ativos do plano	106.950	15.705	1.727.903	99.263	14.000	1.790.783
(=) Status do plano de benefícios (déficit/superávit)	31.577	7.032	(138.784)	25.887	5.888	(23.393)
Efeito do teto do ativo	(31.577)	(7.032)	138.784	(25.887)	(5.888)	23.393
Responsabilidade Ativo (Passivo) líquido decorrente da obrigação do plano						
(Passivo)/Ativo reconhecido no início do período	-	-	(23.393)	-	-	-
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	-	-	-	-	-	-
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	-	-	(3.442)	-	-	(5.367)
Valor reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	-	-	(42.556)	-	-	(18.026)
(=) (Passivo)/Ativo reconhecido no final do período	-	-	(69.391)	-	-	(23.393)
Apuração do efeito do teto do limite do ativo						
Valor presente dos benefícios econômicos (teto)*	-	-	-	-	-	

16. RECEITAS ANTECIPADAS

As receitas antecipadas são constituídas pelos seguintes valores:

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas antecipadas SICOM (a)	6.080	199.728
Receitas antecipadas recursos PDITA/DIN (b)	906.809	122.150
Total	912.889	321.878

(a) Receita antecipadas SICOM – corresponde ao preço fixo inicial previsto nos contratos comerciais onde há previsão, no edital, de restituição ao concessionário, caso haja interesse na rescisão unilateral por parte da Infraero sem que o concessionário tenha dado causa. A variação foi devida a apropriação dos valores correspondentes aos saldos dos contratos que foram sub-rogados aos concessionários na transição dos aeroportos concedidos.

(b) Receita antecipadas recursos PDITA/DIN – relativa aos recursos recebidos pela Infraero decorrentes do Leilão da 7ª rodada para concessão dos aeroportos integrantes dos blocos Norte II, Aviação Geral e SP/MS/PA/MG, no montante de R\$ 894.536, os quais estão vinculados ao programa de adequação do efetivo da Companhia.

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Obrigações - Circulante	31/12/2023	31/12/2022
Consignações a recolher	1.890	3.027
Pensões judiciais a pagar	755	16
PAMI a pagar - diversos	-	2.416
Total Circulante	2.645	5.459
Obrigações - Não Circulante	31/12/2023	31/12/2022
Contas a Pagar - TCCA	11.451	10.853
Repasse Lei nº 9.430/96	5.443	4.551
Total Não Circulante	16.894	15.404
Total	19.539	20.863

18. RECURSOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

	31/12/2023	31/12/2022
Atualização monetária	120.846	12.925
Total	120.846	12.925

Os valores referem-se a resíduos da atualização, pela Taxa Selic dos recursos recebidos da União aportados até 31 de dezembro de 2016, destinados a futuro aumento de capital da Infraero, cuja capitalização ainda não foi autorizada, totalizando o montante de R\$ 120.846. Enquanto a Companhia aguarda autorização para integralização, sobre estes recursos incidirão encargos financeiros equivalentes à taxa Selic, desde o dia da transferência até a data da capitalização em conformidade com o art. 2º do decreto n.º 2.673 de 16/7/1998.

Em reunião realizada em 25 de novembro de 2022, o Conselho de Administração da Infraero aprovou a convocação da Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas, em data a ser definida, para deliberar sobre a proposta de aumento de capital social da Infraero, com recursos provenientes de créditos da União recebidos no exercício de 2016 e 2017, bem como dos resíduos de correção monetária de aporte de capital integralizados, no montante de R\$ 817.195. Em 31/12/2022, considerando a definição do valor da proposta de aumento de capital sendo a União o único acionista e que não haverá emissão de novas ações, o valor de R\$ 814.722, classificado no passivo não circulante, foi transferido para o grupo Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no Patrimônio Líquido.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	31/12/2023	31/12/2022
Capital social	1.625.329	4.256.760
Adiantamento para futuro aumento de capital	875.187	1.280.330
Prejuízos acumulados	(606.582)	(4.133.231)
Ajuste de avaliação patrimonial	(842.489)	(902.080)
Total	1.051.445	501.779

a) Composição Acionária do Capital Social

Na Assembleia Geral Extraordinária, de 26/4/2023, foi autorizada a capitalização dos recursos recebidos da União, em 2019, por meio de Adiantamento para Futuro Aumento

de Capital, no valor de R\$ 405.143, assim como a absorção de prejuízos acumulados de R\$ 3.036.574, passando o Capital Social da Infraero de R\$ 4.256.760 para R\$ 1.625.329, subscrito e integralizado, representado por 12.736.344 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Recursos para aumento de capital

Os recursos transferidos pelo Governo Federal para a execução das políticas públicas relativas ao Programa de Aviação Civil foram registrados pela Companhia como adiantamento para futuro aumento de capital.

	31/12/2023
Aportes 2020	10.000
Aportes 2019	47.992
Aportes 2017	2.473
Aportes 2016	814.722
Total	875.187

De acordo com o Decreto n.º 8.945/2016, os recursos transferidos pela União ou depositados por acionistas minoritários a partir de 1º de janeiro de 2017, para fins de aumento de capital de empresa ou de sociedade cujo capital social seja constituído de recursos provenientes exclusivamente do setor público, não estão sujeitos à correção pela Taxa Selic. O montante efetivamente investido deverá ser capitalizado até a data limite da aprovação das contas do exercício em que ocorrer a transferência, ou seja, até a Assembleia Geral Ordinária (AGO) do exercício subsequente.

Foi realizada transferência de R\$ 814.722 do passivo não circulante para o grupo Adiantamento para Futuro Aumento de Capital do Patrimônio Líquido, conforme disposto na Nota Explicativa 18, cuja capitalização ainda não foi apreciada por Assembleia Geral dos acionistas.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial registra as contrapartidas de transações que afetarão valores de ativos e passivos em relação ao valor justo. Na Companhia, os valores registrados nessa rubrica, representam os ganhos e perdas atuariais, registrados em Outros Resultados Abrangentes (ORA), com o plano de assistência à saúde e de previdência privada dos empregados e aposentados, conforme detalhado no quadro a seguir:

Valores Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes	Programa Auxílio Saúde (PAS)	Plano de Benefício Definido I (BD I)	Plano de Benefício Definido II (BD II)	Plano de Contribuição Variável (CV)	Total
(Ganho)/perda acumulada até o exercício anterior (2022)	893.067	-	-	9.013	902.080
(Ganho)/perda do exercício atual *	(71.856)	-	-	12.265	(59.591)
(Ganho)/perda total reconhecido ao final do exercício (2023)	821.211	-	-	21.278	842.489

* O valor contabilizado em ORA corresponde a 50% (cinquenta por cento) do valor apurado em decorrência da paridade patrocinadora e participantes.

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas, com exceção dos ganhos de capital e de algumas receitas financeiras, estão sujeitas à incidência do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), pelo regime de competência. Esses tributos são apresentados como deduções da receita bruta. Os débitos decorrentes das outras receitas operacionais e créditos decorrentes das outras despesas operacionais estão apresentados na demonstração do resultado.

	31/12/2023	31/12/2022
Receita Bruta	1.566.223	1.536.904
Comerciais	694.619	622.145
Embarque	562.072	589.044
Armazenagem e Capatazia	1.165	(3.247)
Pouso e Permanência	192.362	226.456
Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea	-	-
Exploração de Serviços	67.314	50.666
Conexão	42.737	44.485
Cursos e Treinamentos	5.954	7.355
Deduções	(109.002)	(95.825)
PIS	(19.445)	(17.113)
COFINS	(89.557)	(78.712)
Receita Líquida	1.457.221	1.441.079

O acréscimo da receita foi em razão do aumento na demanda de passageiros e aeronaves. Além disso, a partir da 2ª quinzena de fevereiro de 2023 houve reajuste tarifário de 5,9%, com exceção das tarifas dos aeroportos de Congonhas e Campo Grande.

21. DESPESAS POR NATUREZA

	31/12/2023	31/12/2022
Custo dos serviços prestados		
Pessoal	75.898	114.888
Encargos diretos com pessoal	49.319	68.923
Encargos indiretos com pessoal	30.739	51.442
Serviços contratados e locações	202.642	243.497
Utilidades - serviços públicos	65.346	84.402
Depreciação e amortização	1.015	6.558
Outros custos / gastos	25.444	32.407
Total	450.403	602.117
Despesas gerais e administrativas		
Pessoal	173.479	155.197
Encargos diretos com pessoal	281.898	181.649
Encargos indiretos com pessoal	78.905	81.976
Serviços Contratados e Locações	59.898	53.067
Utilidades - Serviços Públicos	5.450	5.500
Despesas Gerais	104.666	55.566
PECLD	(168.265)	254.535
Provisão para contingências	370.815	19.128
Benefício pós emprego	47.567	(4.392)
Outras provisões	(100.451)	(30.888)
Depreciações e Amortizações	7.281	1.126
Total	861.243	772.464

A redução dos custos deve-se em função, principalmente, dos seguintes fatores: (i) transferência dos aeroportos da 6ª rodada e (ii) redução dos gastos com pessoal em função das políticas de adequação do efetivo por meio do Programa Especial de Adequação do Efetivo (PEAE). O aumento das despesas ocorreu, principalmente, devido a provisão para contingências contrabalanceada pela reversão da PECLD.

22. OUTRAS DESPESAS E RECEITAS

	31/12/2023	31/12/2022
Outras despesas		
Incentivos Fiscais	(2.399)	-
Perdas de capital	(15.703)	(87.884)
Total	(18.102)	(87.884)
Outras receitas		
Recuperação de despesas	32.185	23.511
Ganhos de capital	8.549	132.399
Recursos indenização PEA	109.877	119.563
Outras	22.848	10.195
Total	173.459	285.668

Em outras despesas a variação é reflexo da baixa em 2022, dos bens dos aeroportos concedidos na 6ª rodada. Em outras receitas tivemos a alienação em junho/2022, do CIAAR em Pampulha, fato que não ocorreu em 2023.

23. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas financeiras		
Atualização monetária (i)	(110.077)	(93.654)
IOF	(16)	(3)
Variação cambial	-	(8)
Perdas	(704)	(157)
Total	(110.797)	(93.822)
Receitas financeiras		
Juros	164.634	99.410
Multas	1.601	604
Atualização monetária	13.297	5.634
Rendimentos de aplicações	290.770	143.720
Ganhos	929	636
Total	471.231	250.004
Resultado financeiro líquido	360.434	156.182

(i) Do total registrado na rubrica atualização monetária, R\$ 107.921 refere-se à atualização pela taxa SELIC dos aportes de capital realizados pela União até 31/12/2016, registrados como Recursos para aumento de capital, no Passivo Não Circulante, conforme disposto na nota explicativa 18.

O desempenho positivo nos rendimentos sobre aplicações financeiras é reflexo do aumento dos recursos aplicados e da taxa de rentabilidade.

24. ATIVO E PASSIVO COMPENSADO

A Companhia mantém controle dos investimentos realizados nos aeroportos em contas de compensação, as quais não têm contrapartida nas demonstrações contábeis.

O ativo e passivo compensado da Companhia são representados pelos bens da União, garantias caucionárias de terceiros e almoxarifados da União.

No que se refere aos investimentos realizados em bens da União, representados por obras e serviços de engenharia na construção, ampliação e modernização da infraestrutura aeroportuária, a Companhia efetua tais registros para fins societários e fiscais como despesa, haja vista que os aeroportos são bens públicos pertencentes à União (Art. 38 do Código Brasileiro de Aeronáutica, Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986). Desse modo, por inexistir termo de concessão entre a União e a Infraero, que estabeleça condições relativas à atribuição de valor econômico aos investimentos realizados e mecanismos de indenização em caso da substituição/retirada de aeroportos da Rede, a Infraero não registra tais investimentos no seu Ativo Não Circulante - Imobilizado.

O quadro a seguir demonstra a movimentação dos bens móveis e imóveis da União:

	31/12/2023				31/12/2022
	Taxa de Depreciação	Adições/ Excluídas	Baixas	Transferências	Valor Líquido
Bens Móveis da União	10% a 20% a.a.	132	(37.564)	-	125.971
Imóveis e Benfeitorias da União	4% a.a.	68.033	(3.428.343)	-	1.598.440
Custo		68.165	(3.465.907)	-	1.724.411
Depreciações/Amort. Acumuladas		(117.263)	1.181.824	-	(408.828)
TOTAL		(49.098)	(2.284.083)	-	1.315.583

25. RECURSOS APLICADOS EM BENS DA UNIÃO

Os investimentos realizados em bens da União são considerados, para efeitos contábeis e fiscais, como despesa, com base no Parecer CST/SIPR n.º 2.100/1980, confirmado pela Decisão n.º 121/1995 da 1ª RF-DISIT, da Secretaria da Receita Federal, vez que os aeroportos são bens públicos pertencentes à União (Art. 38 do Código Brasileiro de Aeronáutica, Lei n.º 7.565, de 19 de dezembro de 1986). Objetivando demonstrar, com maior clareza, o Resultado Operacional do Exercício, este item apresenta-se imediatamente antes do Resultado Líquido do Exercício.

Foram aplicados, em 2023, o montante de R\$ 52.354 em investimentos em obras, serviços de engenharia e equipamento nos aeroportos da rede.

26. INFORMAÇÕES POR ATIVIDADES

O desempenho financeiro por atividade foi definido com base na divisão de sua gestão e tendo como critério as áreas de atuação de cada uma, sendo agrupadas da seguinte forma: Comerciais, Embarque, Armazenagem e Capatazia, Pouso e Permanência, Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea, Exploração de Serviços, Conexão e Cursos e Treinamentos.

	31/12/2023							
	Comerciais	Embarque	Armazenagem e Capatazia	Pouso e Permanência	Exploração de Serviços *	Conexão	Cursos e Treinamentos	Total
Receita Líquida	683.913	522.955	54	178.974	26.022	39.762	5.540	1.457.221
Custo dos Serviços Prestados	(23.707)	(196.796)	(1.169)	(169.645)	(56.035)	(2.870)	(180)	(450.403)
Lucro Operacional do Exercício	660.206	326.159	(1.115)	9.329	(30.013)	36.892	5.360	1.006.818
Despesas	(59.972)	(281.125)	(1.045)	(265.050)	(107.636)	(7.886)	(312)	(723.026)
Outras Receitas / (Despesas)	27.503	128.922	479	121.549	49.361	3.616	144	331.574
Lucro Operacional do Exercício	627.737	173.956	(1.681)	(134.172)	(88.288)	32.622	5.193	615.366

	31/12/2022							
	Comerciais	Embarque	Armazenagem e Capatazia	Pouso e Permanência	Exploração de Serviços *	Conexão	Cursos e Treinamentos	Total
Receita Líquida	597.166	552.291	2.737	212.326	27.979	41.709	6.872	1.441.080
Custo dos Serviços Prestados	(23.306)	(249.088)	(9.132)	(254.500)	(61.636)	(3.870)	(586)	(602.118)
Lucro Operacional do Exercício	573.860	303.203	(6.395)	(42.174)	(33.657)	37.839	6.286	838.962
Despesas	(48.766)	(225.703)	(12.826)	(256.032)	(72.756)	(6.727)	(428)	(623.238)
Outras Receitas / (Despesas)	6.052	28.008	1.592	31.772	9.028	835	53	77.340
Lucro Operacional do Exercício	531.146	105.508	(17.629)	(266.434)	(97.385)	31.947	5.911	293.064

* A atividade Exploração de Serviços refere-se ao ressarcimento de água, luz, lixo telefonia e internet, cujos contratos estão em nome da Infraero, mas os custos são rateados com concessionários das lojas e executores das demais atividades desenvolvidas nos terminais aeroportuários.

27. RECURSOS DE TERCEIROS

Os Recursos de Terceiros estão constituídos pelos seguintes valores:

	31/12/2023	31/12/2022
Convênios (a)	21.563	30.081
Fundo nacional de aviação civil (b)	1.078	1.018
Prefeituras e administradoras (c)	11.240	9.359
Comando da aeronáutica (d)	3.505	2.531
Gestão de aeroportos (e)	1.901	499
Total	39.287	43.488

(a) Convênios – relativos a recursos de convênios firmados entre a Infraero e entes da Administração Pública, destinados à ampliação e modernização de aeroportos.

(b) Fundo Nacional de Aviação Civil – Recursos relativos ao recolhimento ao Tesouro Nacional de parcela da Tarifa de Embarque Internacional (TEI), nos termos da Medida Provisória n.º 551, de 22 de novembro de 2011, convertida na Lei n.º 12.648, de 17 de maio de 2012.

(c) Prefeituras e Administradoras – São valores referentes à obrigação da Infraero em repassar a participação das demais Prefeituras e Administradoras de Aeroportos nas tarifas arrecadadas.

(d) Comando da Aeronáutica – recursos relativos, principalmente, à arrecadação de taxas de ocupação cobradas de empregados da Infraero sobre imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade e guarda da Infraero.

(e) Gestão de aeroportos – recursos relativos ao faturamento na gestão de aeroportos terceirizados.

28. PARTES RELACIONADAS**Controladora**

A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero é uma empresa pública, constituída nos termos da Lei n.º 5.862/1972, com capital social exclusivamente integralizado pela União.

Coligadas

Os saldos das operações da Infraero com as Sociedades de Propósito Específico (SPE), coligadas, no período são os seguintes:

Transação	Aeroportos Brasil - Viracopos S.A.	Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.	Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.	Concessionária do Aeroporto Rio de Janeiro S.A.	Concessionária do Aeroporto de Confins S.A.
Receita	169	3	174	2.942	86
Serviços de tecnologia	169	-	-	-	86
Outras receitas	-	-	-	20	-
Atualização de valores	-	2	174	2.920	-
Cursos e treinamentos	-				

	Ativo	Passivo
Concessionária		
Aeroportos Brasil - Viracopos S.A	-	-
Valores a receber	8.732	-
PECLD	(8.732)	-
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A	19.953	-
Valores a receber	19.953	-
Infraerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A	153	28
Valores a receber	153	-
Valores a pagar	-	28
Total	20.106	28

Patrocinado

O Instituto Infraero de Seguridade Social (INFRAPREV) é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar aos participantes da instituição e seus beneficiários os benefícios a eles assegurados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), bem como promover seu bem-estar social (Nota Explicativa 15).

Remuneração da administração

As remunerações dos membros do conselho de administração e da diretoria executiva da Infraero estão em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). A remuneração dos membros da diretoria executiva foram as seguintes, em R\$:

Diretoria	2023	2022
Maiores Remuneração:	41.609	38.174
Remuneração Média:	41.609	36.810
Menor Remuneração:	41.609	36.356

A remuneração mensal dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal para os mesmos períodos foi fixada em R\$ 4.346,70.

Em janeiro de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a reforma no Estatuto Social da Infraero com a criação do Comitê de Auditoria Estatutário (Coaud), em atendimento a Lei n.º 13.303/16, sendo um órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento permanente ao Conselho de Administração. A remuneração mensal dos membros do Coaud foi fixada em R\$ 5.000,00.

Transações com a NAV Brasil

A Infraero mantém transações com a NAV Brasil Serviços e Navegação Aérea S.A., empresa pública sob controle comum (União), referente a prestação de serviços e reembolso de algumas despesas.

Em virtude do disposto no parágrafo 1º do artigo 19 da Lei n.º 13.903/2019, a Infraero prestou apoio técnico administrativo à NAV Brasil, pelo período de 2 (dois) anos, encerrado em junho/23, com reembolso dos custos.

Foi firmado novo contrato de prestação de serviços, a partir de 1º de agosto pelo período de 12 meses. Estão previstos serviços especializados, incluindo o fornecimento de soluções digitais integradas para o apoio à execução das atividades operacionais, administrativas e financeiras.

Em 2023, os saldos dessas transações foram os seguintes: Ativo R\$ 8.062; Passivo R\$ 0; e Resultado R\$ 26.785.

29. REMUNERAÇÃO AOS EMPREGADOS

O plano de cargos e salários e benefícios da Infraero, de acordo com a legislação e o acordo coletivo de trabalho, estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela Infraero a seus empregados. As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções de confiança, relativas aos meses de dezembro de 2022 e 2021 foram as seguintes, em R\$:

Empregados	2023	2022
Maiores Remuneração:	46.907	39.293
Remuneração Média:	5.992	8.057
Menor Remuneração:	2.649	2.481

30. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

A União, por meio da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), autarquia vinculada ao Ministério da Infraestrutura, tornou público o Edital do Leilão n.º 01/2022, que trata das condições da licitação para selecionar as melhores propostas para a celebração de contratos de concessão de serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração dos aeroportos, que pertenciam a rede Infraero: Aeroporto de Congonhas, Campo Grande, Corumbá, Ponta Porã, Santarém, Marabá, Carajás, Altamira, Uberlândia, Montes Claros e Uberaba, Campo de Marte, Jacarepaguá, Belém e Macapá. O Leilão foi realizado no dia 18 de agosto de 2022 na B3, em São Paulo – SP. O processo de transferência dos aeroportos aos novos operadores foi concluído em novembro.

O resultado líquido destes aeroportos é apresentado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	925.350	890.078
Custos dos serviços prestados	(308.151)	(376.660)
Lucro operacional bruto	617.199	513.418
Despesas gerais e administrativas	(72.281)	(29.941)
Outras receitas e despesas	(7.213)	1.623
Outras receitas	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	537.705	485.100
Despesas financeiras	-	-
Receitas financeiras	-	-
Resultado financeiro líquido	-	-
Resultado operacional antes do OBU	537.705	485.100
Recursos aplicados em bens da união	(37.529)	(93.073)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	500.176	392.027
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.759	-
(-) Imposto de renda e contribuição social correntes	(79.507)	-
Resultado líquido do período	440.428	392.027

31. POLÍTICAS PÚBLICAS

A execução das políticas públicas pela Companhia se traduz nas obras e serviços técnicos e especializados, realizados de acordo com as orientações da Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC), órgão do Ministério de Portos e Aeroportos, e observando rigorosamente os parâmetros regulatórios da ANAC. O Programa de Aviação Civil do Governo Federal tem o objetivo de incrementar a eficiência, a segurança e a qualidade da aviação civil.

Para contribuir com o Governo Federal na execução das políticas públicas relativa ao Programa de Aviação Civil a Infraero realiza investimentos na infraestrutura aeroportuária de forma a mantê-la em condições operacionais e de segurança. Atuando, com excelência, na promoção de políticas públicas de infraestrutura aeroportuária, maximizando os benefícios socioeconômicos por meio da integração nacional e do desenvolvimento da aviação regional.

Foram aplicados, em 2023, o montante de R\$ 52.354 em investimentos em obras, serviços de engenharia e equipamento nos aeroportos da rede. Estes investimentos foram executados com recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) – 2023 oriundos de aportes de capital realizados pelo Governo Federal - Tesouro Nacional.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Aumento do Capital Social

Em 4/3/2024, realizou-se a Assembleia Geral Extraordinária que autorizou a incorporação dos AFAC's recebidos da União, em 2016 e 2017, e do resíduo da incorporação aprovada pela AGE em 30/4/2019, no valor total de R\$ 955.442.537,63, passando o Capital Social da Infraero de R\$ 1.625.329.011,79 para R\$ 2.580.771.549,42, subscrito e integralizado, representado por 12.825.493 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Proposta de Integralização de Capital Social em R\$ 55.899.506,88, mediante incorporação de AFAC's, recebidos da União em 2019 e 2020, sem a emissão de novas ações. Com isso, o capital social da Infraero, que é de R\$ 2.580.771.549,42, passará a ser de R\$ 2.636.671.056,30.

b) Aeroportos regionais outorgados

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR) atribuiu a Infraero, por meio de portarias, a administração, operação e exploração de mais 2 (dois) aeroportos regionais em janeiro de 2024: Itaperuna/RJ e Paranavai/SC.

Brasília (DF), 13 de março de 2024.

DIRETORIA EXECUTIVA

ROGÉRIO AMADO BARZELLY

Presidente

EDUARDO GONZAGA DA SILVA

Diretor de Operações e Serviços Técnicos e Diretor Comercial – Interino

APARECIDO LUIZ DA SILVA

Diretor de Administração e Diretor de Finanças - Interino

JOELSON DA MOTA

Gerente de Contabilidade e Desempenho Financeiro
CRC – MT-004774/O-3 T-DF

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LEANDRO MONTEIRO DE SOUZA MIRANDA
Presidente

ARAMIS SÁ DE ANDRADE

HUDSON COSTA POTIGUARA

MARIANA PESCATORI CANDIDO DA SILVA

MAURICIO PINTO PEREIRA JUVENAL

RENATO BIGLIAZZI

RODRIGO SILVA GONÇALVES

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Relatório de Administração, Demonstrações Financeiras e Proposta de Destinação do Resultado - Exercício de 2023

O Conselho Fiscal da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, em conformidade com a Lei n.º 13.303, de 30.06.2016, regulamentada pelo Decreto n.º 8.945, de 27.12.2016, Lei n.º 6.404/76, de 15.12.1976 e Decisão Normativa TCU n.º 198/2022, de 23.03.2022, considerando o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e a Proposta de Destinação do Resultado - Exercício 2023, devidamente auditadas pela Auditoria Independente, sem ressalvas, cientes da conclusão do Comitê de Auditoria da Infraero, de 20.03.2024, referente as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas 2023, considerando os documentos constantes da aprovação pela Diretoria Executiva em reunião de 13.03.2024 e estando de acordo com a proposta de destinação do resultado, entendeu que os referidos documentos tratam a posição patrimonial, contábil e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2023, estando em condições de serem submetidos à Assembleia Geral.

Brasília, 21 de Março de 2024

ROGÉRIO JESUS ALVES DE OLIVEIRA
Presidente

ALEXANDRE NAVARRO GARCIA
Membro

FRANCISCO TADEU BARBOSA DE ALENCAR
Membro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionista, Administradores e Conselheiros

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO
Brasília – DF

Opinião:

Examinamos as demonstrações contábeis da EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO ("Empresa" ou "Infraero") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião:

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Infraero, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos:

Demonstração do valor adicionado (DVA):

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Infraero, e apresentada de forma voluntária, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Infraero. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Valores comparativos:

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por nós, que na oportunidade,

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

2023

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Infraero - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária S.A. – Posição em 31.12.2023

Apresentação

O Comitê de Auditoria (Coaud), órgão estatutário, tem suas atribuições definidas pela Lei n.º 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto n.º 8.945/2016, Estatuto Social da INFRAERO – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária S.A. e seu Regimento Interno. Assessora o Conselho de Administração (Consad) em caráter permanente e com independência no exercício de suas atribuições. O Coaud avalia e monitora as exposições de risco mediante interação com as áreas de Controles Internos de 2ª e 3ª Linha e com a Auditoria Independente (externa).

A administração da INFRAERO é responsável por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Superintendência de Auditoria Interna (PRAI) responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que a Companhia está exposta, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos.

A Moore VR Auditores & Consultores S/S (Moore) é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis da INFRAERO. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e suficiência dos controles internos para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis.

Atividades do Período

As atividades desenvolvidas pelo Coaud, conforme seu Plano Anual de Trabalho, estão registradas em atas de reuniões e cobriram o conjunto de responsabilidades do Comitê. As referidas atas foram encaminhadas ao Conselho de Administração, disponibilizadas ao Conselho Fiscal e à Auditoria Independente e estão publicadas no endereço eletrônico: <https://transparencia.infraero.gov.br/comite-de-auditoria/>.

No período, realizou reuniões com representantes da Administração, assim como com seus respectivos Conselhos de Administração e Fiscal e Auditorias Interna e Independente, além de reuniões entre os membros do Coaud.

Nessas reuniões, abordou os temas sob seu acompanhamento, sintetizados nos seguintes eixos temáticos: sistema de controles internos, auditoria interna, auditoria independente, exposições de risco e contabilidade.

Nas demonstrações contábeis da Empresa não foi identificada exposição atuarial diferente do esperado em relação a benefícios pós-emprego e assistência à saúde.

Emitiu recomendações à gestão e à Auditoria Interna envolvendo os principais temas relacionados às suas atividades. As recomendações, após discutidas, foram acatadas e suas implementações acompanhadas pelo Coaud.

Não chegou ao conhecimento do Coaud a existência e/ou evidência de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade das atividades da empresa.

Não foi reportada ao Coaud a existência de divergências entre a Auditoria Independente e a Administração relacionadas às demonstrações contábeis.

emitimos relatório de auditoria em 21 de março de 2023, incluindo seção específica relacionado à incerteza relevante quanto a continuidade operacional, já que a Infraero vinha apresentando prejuízos contínuos até o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, o que levaram ao consumo de todo o seu patrimônio líquido, evidenciando um passivo a descoberto, naquela data. No exercício de 2022, a Infraero transferiu do passivo não circulante para o patrimônio líquido, recursos destinados do Controlador como AFAC- Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, fato este que juntamente com o lucro do exercício de 2022 e 2023, acabou revertendo o passivo a descoberto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Infraero é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e responsáveis pela governança pelas demonstrações contábeis:

A Diretoria Executiva é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria Executiva é responsável pela avaliação da capacidade de a Infraero continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Infraero e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Infraero são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Coaud concluiu que:

- o sistema de controles internos é adequado às atividades da Empresa e é objeto de permanente atenção por parte da administração;
- a Auditoria Interna é efetiva, dispõe de estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções e atua com independência, objetividade e qualidade;
- a Moore (auditoria independente contratada) atua com efetividade e independência;
- as principais exposições de risco vêm sendo gerenciadas adequadamente pela Administração;
- as demonstrações contábeis da INFRAERO, de 31/12/2023, foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data.

Brasília-DF, 20 de março de 2024.

ARAMIS SÁ DE ANDRADE
Presidente

PEDRO CARLOS DE MELLO
Membro

SEBASTIANA MARIA MELO DE OLIVEIRA
Membro

auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Infraero.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração da Infraero.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Infraero. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança e auditoria, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as deficiências significativas eventualmente identificadas nos controles internos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 21 de março de 2024

MOORE VR AUDITORES E CONSULTORES S/S
CRC DF 02962/F

RICARDO DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI
CRC DF 18838/O-0

RODRIGO COSTA SILVA
CRC 1 GO 016905/O-4

